



PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE DUAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE MACEIÓ SOBRE A QUESTÃO ETNICORRACIAL

Adjane dos Santos Ramos¹

RESUMO: Este artigo discute a realidade vivenciada em duas escolas públicas estaduais de Maceió, no que diz respeito ao trato da questão racial, fazendo uma análise para verificar em que medida a questão racial vem sendo trabalhada nessas instituições de ensino, especificamente a partir da implementação da Lei nº 10.639/03. Para tanto, foi utilizada uma pesquisa predominantemente qualitativa partir da experiência vivenciada como colaboradora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) no decorrer da graduação, durante o primeiro e segundo semestre de 2012. A pesquisa foi desenvolvida com alunos do 6º, 7º e 9º do ensino fundamental, com o total de 68 alunos. Neste estudo, abordamos a postura assumida pelas escolas diante da diversidade etnicorracial, como também o conhecimento dos alunos em relação à referida temática.

Palavras-chave: Educação; Lei nº 10.639/03; Diversidade Etnicoracial.

ABSTRACT: This article discusses the reality experienced in two public schools in Maceió, with regard to the treatment of the race question, doing an analysis to determine to what extent racial issue has been crafted in such educational institutions, specifically from the implementation Law No. 10.639/03. Therefore, a research predominantly qualitative from the lived experience as a collaborator of the Scholarship Program for Scientific Initiation (PIBIC) during graduation, during the first and second half of 2012 was used. A study was conducted with students from 6th, 7th and 9 of elementary education, with a total of 68 students. In this study, we addressed the stance taken by the schools before the etnicorracial diversity, but also the students' knowledge in relation to that theme.

Keywords: Education; Law No. 10.639/03; Etnicoracial diversity.

INTRODUÇÃO

As pesquisas abordadas para a realização do presente trabalho foram realizadas durante a participação como colaboradora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) no decorrer da graduação, em pedagogia, durante o primeiro e segundo semestre de 2012. As pesquisas foram realizadas por meio de questionário fechado em duas escolas públicas estaduais do Centro Educacional de Pesquisas Aplicadas

(CEPA), a qual chamaremos a primeira de Escola "A" e a segunda Escola "B", escolhemos este local em virtude de ser o maior complexo de educação básica do estado de Alagoas e também devido à concentração de sujeitos oriundos de vários bairros da cidade de Maceió.

O Centro Educacional de Pesquisa Aplicada (CEPA) foi criado por meio do decreto de Nº 1.519 no dia 31 de janeiro de 1968, durante a administração do governador Antônio Simeão de Lamenha Filho, sob a gestão do secretário da educação José de Melo Gomes, com o propósito de filiar uma única estrutura educativa para ampliar o número de vagas nas escolas públicas.

A escola "A" oferta nos turnos da manhã o ensino fundamental do 1º ao 9º ano, funciona no horário das 07:30hs às 11:30hs essa informação foi fornecida pela professora, diferente da escola "B", a escola "A" não forneceu nenhuma informação sobre a história da mesma e também sobre o número de alunos. A Escola "B" foi criada em 18 de Novembro de 1937 com o nome de Escola de Aplicação. Anos depois foi denominado Grupo Escolar experimental do Instituto de Educação com o decreto nº 1519 de 31 de janeiro de 1968 passou a ser um dos Órgãos Executivo do CEPA. Foi uma das primeiras escolas a disponibilizar o ensino fundamental cuja finalidade era oferecer educação escolar básica. A escola contempla nos turnos da manhã e tarde o ensino fundamental do 2º ao 9º ano, funciona nos horários das 07:30hs às 11:30hs pela manhã, e à tarde das 13:00hs às 17:00hs. De acordo o levantamento feito pela própria escola ao todo são atendidos 401 alunos durante os dois turnos. Essas informações foram fornecidas pela direção da escola.

A quantidade de alunos envolvidos na pesquisa durante o primeiro e segundo semestre compreende o total de 68 alunos. Sendo 23 alunos do 6º ano, 20 alunos do 7º ano do turno matutino do ensino fundamental, da Escola "A" e com 25 alunos do 9º ano do ensino fundamental, do turno matutino da Escola "B". Os alunos estão na faixa etária de 13 à 26 anos, são 46 mulheres e 22 homens, a maioria são católicos e residem na periferia de Maceió. Os discentes procuram as escolas do Centro Educacional de Pesquisas Aplicadas (CEPA), geralmente quando as vagas das escolas mais próximas de sua casa estão preenchidas, já que o CEPA disponibiliza transporte gratuito aos estudantes de outros bairros.

A Lei de nº 10.639/03 alterou a Lei nº 9.394/06 das Diretrizes Curriculares Nacionais, para incluir a Educação das Relações etnicoraciais, abordando a temática da História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Isso ocorreu devido à luta do Movimento Negro que tem como objetivo combater o preconceito e o racismo na sociedade brasileira, a fim de que as políticas de ações afirmativas valorizem a cultura e a história da população negra. Amorim e Neto (2012, p.18) afirmam que:

Em decorrência, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicoraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 são uma resposta do Governo Federal aos movimentos sociais e, em especial, à luta do Movimento Negro no século XX. Nesse sentido, esses documentos representam elementos da política curricular que busca combater o racismo e as discriminações que atingem especialmente a população negra na sociedade brasileira.

Essas diretrizes curriculares abrangem princípios que são obrigatórios, referentes à educação que serve para orientar o planejamento curricular das instituições de ensino públicas e privadas desde a Educação Infantil até

o Ensino Médio. Com a promulgação da Lei nº10.639/03, as diretrizes têm a finalidade de valorizar a história e cultura do povo negro e consequentemente proporcionar igualdade de direitos, para desmistificar os estereótipos discriminatórios e racistas que foram arraigados na sociedade durante o período colonial. Logo o objetivo da Lei é valorizar o negro e desmistificar o que já foi difundido por muitos anos.

Para constatar se a referida lei estava sendo executada, fizemos um trabalho em algumas escolas da cidade. A pesquisa foi de suma importância para as escolas, porque durante a realização da mesma tivemos a oportunidade de dialogar com gestores, professores e alunos que ainda não tinham conhecimento sobre o que trata a Lei nº 10. 6039/03. Assim apontamos a relevância da mesma ser trabalhada nas escolas, já que o conteúdo pode tornar-se uma medida no combate à discriminação. Depois de aplicar questionários com alunos, detectamos que o ensino da cultura afro não está presente nas atividades pedagógicas, mesmo sendo tão importante para nossa história. É tão comum o negro ser associado a coisas ruins que alguns estudantes não se reconhecem como tais nos questionários aplicados.

Durante as pesquisas, houve alguns entraves, a greve dificultou bastante, além disso, quando a greve acabou, fomos até algumas escolas para elaborar as pesquisas, entretanto sobrevieram algumas resistências por parte de alguns coordenadores das escolas, que se recusaram em permitir que a pesquisa fosse realizada, alegando que não podiam atender em horário de aula e também afirmado que na escola havia muitos pesquisadores da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), motivo pelo qual não teriam condições de nos receber. Fomos diversas vezes às escolas, a coordenação agendava o dia para conversarmos, porém quando chegávamos até a escola no dia que estava marcado eles alegavam que estavam ocupados e remarcavam para conversarmos na semana seguinte, esta situação repetiu-se mais de quatro vezes, tanto na escola "A" como na escola "B", e também nas demais escolas, assim após muita insistência, os coordenadores permitiram que a pesquisa fosse realizada, outros se mantiveram irredutíveis e não permitiram que a mesma fosse realizada.

Quando finalmente as escolas nos receberam as diretoras da escola "A" e da escola "B" perguntaram se os docentes poderiam nos atender, já que precisavamos da autorização dos professores para aplicar questionários com seus alunos. Alguns docentes se recusaram alegando que não tinham tempo e que durante o intervalo queriam tomar seu cafezinho sem serem incomodados. Desta maneira fizemos as pesquisas nas salas dos professores que aceitaram, inicialmente explicamos para os docentes sobre a pesquisa, em seguida falamos que precisavamos aplicar questionários com os alunos, após dialogar com os professores falamos com cada turma, ou seja, com os alunos sobre a pesquisa.

Quando fomos aplicar os questionários notamos que os alunos de ambas escolas ficaram curiosos, estavam ansiosos para responderem, quando tinham dúvidas sobre alguma questão do questionário faziam perguntas. A pergunta mais frequente era: **"Que Lei é essa?**

O que a Lei nº 10.639/39 aborda?

" Então falamos para eles que quando termimassem de responder os questionários explicarímos, quando todos terminaram esclarecemos suas dúvidas em relação à lei supracitada, deixando-os cientes o propósito do ensino obrigatório sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Após as explicações alguns alunos afirmaram que a implementação da mesma era muito importante, por fim entregamos para alunos e professores uma cópia da Lei nº 10.639/03 impressa. Outras perguntas

que foram feitas pelos alunos serão relatadas ao longo deste trabalho.

Portanto a pesquisa mostra-se pautada nas reflexões referente às questões abordadas pela Lei nº 10.639/03, no qual destaca a importância do espaço escolar incluir em suas práticas pedagógicas atividades que enfoque a diversidade etnicorracial. **Diante do exposto, questiona-se: As escolas públicas estaduais do Centro Educacional de Pesquisas Aplicadas tem contemplado a Lei nº 10.639/2003, de maneira que contribua para abordar de forma explícita a existência de uma diversidade etnicorracial?**

Qual a percepção dos estudantes sobre as questões etnicoraciais?

PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE A QUESTÃO ETNICORRACIAL

De acordo com os dados coletados nos questionários, apenas dois alunos afirmaram não gostar de sua cor. Dessa forma, percebe-se que quase todos os alunos afirmaram que gostavam. Durante a pesquisa, uma aluna nos chamou para tirar uma dúvida. Ela afirmou: “**Eu não sou nenhuma dessas cores que estão aqui, eu não sou negra eu sou morena**”. Em seguida, ela olhou todas as opções, viu que tinha a opção outra, logo marcou, escrevendo em seguida em seu questionário “**morena**”.

Conforme os dados obtidos na pesquisa, percebemos que a maioria dos alunos considera-se pardo ou branco, tal como podemos visualizar na tabela a seguir:

1. Tabela – Identificação de cor

◦ Cor	▪ Quantidade
• Amarela	06
▪ Branca	36
▪ Indígena	01
• Parda	23
• Preta	01

Esses dados levam-nos a pensar na questão de aceitação e na questão de identidade etnicoracial, como também na questão de que o negro só está associado a coisas ruins, ou seja, é associado a personagens maus, à sujeira, à tragédia, à maldade. Em virtude disso, o indivíduo de cor negra tem uma forte tendência a não gostar de si mesmo, negando sua cor, fato este confirmado na afirmação de Rosemberg (1985, p.84 apud MUNANGA, 2005, p. 27) que diz: “A cor negra aparece com muita frequência associada a personagens maus: O negro associado à sujeira, à tragédia, à maldade, como cor simbólica [...].”

Consequentemente o sujeito que é negro sente-se desconfortável em relação à sua cor, o mesmo procura se identificar com o branco, pois o branco evidencia-se sempre de maneira superior ao negro, ou seja, pelo que é bom e belo.

A maior parte dos alunos não se reconhecem como negros ao afirmarem serem “pardos, brancos ou morenos”. As opções que estavam no questionário eram as seguintes: Cor preta, parda, branca, amarela e indígena. (Classificação de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, 2011). Devido à falta de uma reflexão sobre as relações etnicoraciais no planejamento escolar, observa-se o silêncio escolar no que diz respeito ao racismo e também à discriminação racial, que tem contribuído para causar mais problemas no ambiente escolar, pois geralmente os negros são citados como pertencentes a um passado

histórico, não tendo atuação no presente e identificados como escravos, humildes e colocados em posição inferior, enquanto o branco é o representante da espécie com atributos tidos como universais, os grupos e multidões são majoritários ou exclusivamente brancos. Além disso, o branco evidencia-se pelo desempenho de atividades profissionais mais diversificadas, sendo os ricos, os heróis, ocupando uma posição superior ao negro. Para Cavalleiro (2005, p. 12):

Em estudos anteriores, foi possível comprovar que a existência do racismo, do preconceito e da discriminação raciais na sociedade brasileira e, em especial, no cotidiano escolar acarretam aos indivíduos negros: auto-rejeição, desenvolvimento de baixa auto-estima com ausência de reconhecimento de capacidade pessoal; rejeição ao seu outro igual racialmente; timidez, pouca ou nenhuma participação em sala de aula; ausência de reconhecimento positivo de seu pertencimento racial; dificuldades no processo de aprendizagem; recusa em ir à escola e, consequentemente, evasão escolar. Para o aluno branco, ao contrário acarretam: a cristalização de um sentimento irreal de superioridade, proporcionando a criação de um círculo vicioso que reforça a discriminação racial no cotidiano escolar, bem como em outros espaços da esfera pública.

Devido à omissão da história africana e a forma desvalorizada como a imagem do negro tem sido apresentada, isso contribui para que o aluno negro não aceite sua identidade, fazendo com que ele jamais queira se identificar com quem aparece na história de maneira desumanizada. O preconceito e a discriminação racial contribuem para que os alunos negros tenham baixa autoestima, autorrejeição, gerando dificuldades no processo de aprendizagem.

A educação brasileira precisa abordar de forma explícita a existência de uma diversidade cultural e étnica que tenha por desígnio minimizar o preconceito racial. A implementação da Lei nº 10.639/03 insere-se em um processo que visa à inserção igualitária dos negros no ensino por meio de ações afirmativas, já que se entende que, mesmo com a melhoria da educação por meio de políticas para toda a população, os afrodescendentes continuam em desigualdade social em relação aos brancos.

Desse modo, políticas afirmativas ajudariam a interferir na reversão das desigualdades e instaurar processos de construção da igualdade social, possibilitando aos alunos, principalmente negros, superar a visão eurocêntrica de mundo, estimulando um ambiente efetivo de diversidade e igualdade cultural no interior do espaço escolar. Especificamente para os alunos negros, a implementação efetiva da referida lei daria suporte para fortalecer a sua autoestima, embora ainda haja um bom caminho a percorrer para que ela seja implementada de maneira eficaz, visando combater o ensino eurocêntrico. Munanga (2005, p.17) afirma que:

Como, então, reverter esse quadro preconceituoso que prejudica a formação do verdadeiro cidadão e a educação de todos os alunos, em especial os membros dos grupos étnicos, vítimas do preconceito e da discriminação racial?

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. Apesar da complexidade da luta contra o racismo, que consequentemente exige várias frentes de batalhas, não temos dúvida de que a transformação de nossas cabeças de professores é uma tarefa preliminar importantíssima. Essa transformação fará de nós os verdadeiros educadores, capazes de contribuir no processo de construção da democracia brasileira, que não poderá ser plenamente cumprida enquanto perdurar a destruição das

individualidades históricas e culturais das populações que formaram a matriz plural do povo e da sociedade brasileira.

Por meio dos questionários os alunos revelaram apelidos e xingamentos, ou seja, preconceitos e discriminações que os mesmos sofreram na escola através de seus colegas de classe, vejamos algumas: “**Negô do cabelo duro**”, “**Escuridão**”, “**tiziú**”, “**Negro safado**”, “**Negro do capeta**”, “**Cabelo de bombril**” “**Negro suor de gambar**”, “**Negô burro**”, “**Macaco**”, entre outros. Essas citações, embora tenham sido relatadas por alunos de escolas diferentes, deixa claro que o preconceito e a discriminação estão presentes no cotidiano escolar, mesmo após a Lei nº 10.639/03 ter sido aprovada. Cavalleiro (2005, p. 13) mostra algumas situações que o individuo negro enfrenta na escola:

Dissimulações, apelidos, xingamentos, ironias consolidam a perpetuação de preconceitos e discriminações raciais latentes. Situações nas quais estudantes negros (as) são tratados (as) por seus colegas e/ou professores (as) com termos preconceituosos e discriminatórios sinalizam a reiterada prática de investida contra a humanidade dos primeiros, numa tentativa de transformá-los em animais irracionais ou coisas, não sujeitos sociais: “urubu”, “macaco”, “picolé de asfalto”, “a coisa está preta”, “humor negro”, “carvãozinho”, “filhote de cruz-credo”, etc.

Dessa maneira, a discriminação racial está presente no cotidiano das escolas pesquisadas. Embora a mesma não seja a reproduutora de tais relações, acaba por refletir os traumas que estão arraigados na sociedade.

Através da presente pesquisa, pode-se comprovar que a maioria dos alunos não conhecem a Lei nº 10.639/03, com a exceção apenas de um aluno que afirmou conhecer a Lei, o qual disse: “**A Lei nº 10.639/03 diz que as escolas têm que ensinar a cultura afro-brasileira, já que ela é muito importante para sabermos sobre as culturas antepassadas de outros povos.**” Porém não foi na escola que o aluno do 9º ano do ensino fundamental ouviu falar sobre a importância da Lei nº 10.639/03, mas através de sua tia, segundo ele.

Quando fomos recebidos pela gestão das escolas, falamos sobre o que tratava a pesquisa, logo perguntamos para os gestores se já presenciaram ou mesmo se chegou ao seu conhecimento qualquer atitude de racismo ou preconceito dentro da escola, os gestores da escola “A” e da escola “B”, negaram. Inclusive a diretora da escola “A” afirmou o seguinte: “**Aqui na escola, não tem esse negócio de racismo ou preconceito, os alunos aqui são bem tranquilos, acredito que isso acontecia antigamente, hoje não vemos muito isso**”. Isso nos faz lembrar o mito da democracia racial, uma vez que fica explícito ao observarmos os relatos supracitados, feitos pelos alunos, que mostram que foram vítimas de xingamentos devido à cor de sua pele.

Durante muito tempo, acreditava-se que o Brasil era um país onde o racismo e o preconceito racial não existiam, porém podemos comprovar que a nação brasileira não é divergente dos Estados Unidos e África do sul que são países extremamente racistas. Também podemos comprovar isso através da citação de Munanga (2005, p.18):

Embora concordemos que a educação tanto familiar como escolar possa fortemente contribuir nesse combate, devemos aceitar que ninguém dispõe de fórmulas educativas prontas a aplicar na busca das soluções eficazes e duradouras contra os males causados pelo racismo na nossa sociedade. A primeira atitude corajosa que devemos tomar é a confissão de que nossa sociedade, a despeito das diferenças com outras sociedades ideologicamente apontadas como as mais racistas (por exemplo, Estados Unidos e África do Sul), é também racista. Ou seja, despojarmo-nos do medo de sermos preconceituosos e racistas. Uma vez cumprida esta condição primordial, que no fundo exige uma transformação radical de nossa estrutura mental herdada do mito de democracia racial, mito segundo o qual no Brasil não existe preconceito étnico-racial e, consequentemente, não existem barreiras sociais baseadas na existência da nossa diversidade étnica e racial.

Dessa forma, por meio das falas dos alunos pode-se observar que o racismo e a discriminação racial ainda estão presentes no cotidiano das escolas, embora o Brasil seja um país onde a maioria da população é composta por negros ou afrodescendentes.

Por meio das respostas dos estudantes a pergunta do questionário: “o que é ser negro”, observamos o preconceito e a discriminação através do pensamento que está interiorizado na vida dos sujeitos. Segundo uma aluna de 19 anos, do 9º ano: “**Ser negro é uma coisa boa apesar**

de os negros ainda sofrerem com preconceito". Apesar de ter afirmado que ser negro "é uma coisa boa", a estudante diz que não gosta de sua cor, quando faz a seguinte afirmação: "**Eu gostaria de ser mais clara, ou seja, parda**". E ainda completa dizendo que não se considera bonita. Já outra aluna de 14 anos, do 7º ano, afirmou que "**ser negro é uma pessoa que tem uma pele escura**". A estudante fez a seguinte afirmação: "**Gosto da minha cor porque eu sou branca**". Em seguida, disse que se achava bonita. Outro aluno de 16 anos, do 6º ano, fez a seguinte afirmação: "**Ser negro pra mim não é nada, não.**" Em seguida fez outra afirmação: "**Gosto da minha cor (Branco) porque acho ela um máximo**". Já o aluno de 19 anos, do 9º ano, fez a seguinte afirmação: "**O Negro é uma pessoa como outra, nada de diferente, pois todos temos os nossos defeitos**". Ainda outro aluno de 18 anos, do 9º ano, afirmou que: "**Ser negro é uma cor que nós temos que respeitar**". O mesmo disse que gostava de sua cor "parda", porque acha bonita. Outra estudante de 17 anos, do 7º ano, fez a seguinte afirmação: "**Ser negro é normal afinal ninguém pede para nascer negro é Deus quem decide a cor de cada um**". A estudante fez outra afirmação: "**Gosto da minha cor (branca) porque pra mim é a cor mais bonita que existe**". Já outra, de 14 anos, do 6º ano, afirmou que: "**Ser negro é normal, mas eu não gostaria de ser negro, porque sofre muita descriminação**", "**Gosto da minha cor (branca), porque acho bonita e não vejo ninguém ser discriminado por ser branco**". Dessa forma, pode-se afirmar que devido os princípios eurocêntricos foi implantada uma concepção deturpada sobre o negro, assim gerou estereótipos que inferiorizam os indivíduos negros, por conseguinte causam graves consequências para eles. Segundo Munanga (2005, p.15):

[...] não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade. [...] Os mesmos preconceitos permeiam também o cotidiano das relações sociais de alunos entre si e de alunos com professores no espaço escolar. [...] O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional.

Por fim, temos mais respostas sobre o que é ser negro segundo as concepções dos alunos: "**É não ser branco**"; cinco afirmaram: "**Ter a pele escura**"; "**Uma pessoa normal, cor pra mim não faz diferença, somos todos iguais**"; "**Ter a pele escura, pois é só isso que muda**"; "**Ser negro é a mesma coisa de ser branco, pois somos todos iguais**"; "**Ser negro pra mim é algo normal porque todos nós somos iguais não importa nem a raça, nem a cor**"; "**É uma pessoa qualquer**"; "**É uma pessoa igual os outros**"; "**Um ser humano como qualquer um**"; "**Uma pessoa normal**"; "**É uma pessoa como outra independente de cor, raça ou religião**". Seis alunos afirmaram: "**É uma pessoa como qualquer outra**"; "**Ser negro é ser igual a qualquer pessoa comum é ser um ser humano**"; "**Ser negro é a mesma coisa de ser branco, somos todos iguais**"; "**Ser negro é ser normal porque todos somos irmãos**"; "**Ser negro é apenas uma cor que por fora é diferente, mas por dentro somos todos iguais**". Os demais alunos não responderam. Com base nas respostas supracitadas, mais uma vez nos leva a inferir que os discentes têm dificuldade em lidar com as diferenças, em virtude de ter sido injetada na sociedade uma visão cultural hegemônica. As respostas dadas, apesar de terem sido faladas por estudantes de escolas distintas, foram explicitamente afirmadas, inclusive do mesmo jeito, ou seja, com o mesmo significado, no qual apresenta uma visão uniformemente construída pelo eurocentrismo. Sendo assim, fica claro que a escola não tem ensinado sobre a existência da diversidade etnicorracial, mesmo sabendo que o Brasil é um país miscigenado. De acordo com Munanga (2005, p. 79):

[...] quero enfatizar o descaso da escola pelo reconhecimento das múltiplas "identidades" e pelas diferentes culturas dos diversos segmentos que historicamente integraram a formação de nosso país, como tarefa indispensável de formação para o exercício da cidadania. Essa multiplicidade de raízes da nossa formação cultural não pode ser desconsiderada, sob pena de se priorizar apenas a visão de mundo de um daqueles segmentos, à exclusão de todos os outros.

Conforme os docentes, a questão etnicoracial é trabalhada nas escolas apenas no dia *13 de maio* que comemora o dia da Abolição da

Escravatura e também no dia 20 de novembro, quando é comemorado o dia da Consciência Negra. Nota-se que a Lei nº 10.639/03 vem sendo implementada de maneira bem eventual, as escolas não estão desenvolvendo conhecimentos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira. Assim, através da pesquisa realizada, fica explícito que a Lei nº 10.639/03 ainda não está sendo trabalhada nas escolas pesquisadas, pois quase todos os alunos ainda não tinham conhecimento sobre os assuntos nela abordados.

Portanto o ensino das relações etnicoraciais nas escolas brasileiras é uma medida preventiva fundamental contra o favorecimento da discriminação, como também uma forma de deixar os alunos cientes da grande importância e influência que os negros tiveram para na nossa cultura. Dessa forma, contribuirá para que os alunos possam refletir sobre essa temática, aprendendo a respeitar as diferenças e a repudiar todo e qualquer tipo de discriminação, seja ela fundamentada em diferenças de raça, cultura, classe social e tantas outras.

METODOLOGIA

Do ponto de vista teórico-metodológico, a análise que se privilegia nesta pesquisa é predominantemente qualitativa, uma vez que buscou analisar em que medida a questão racial estava sendo trabalhada em escolas públicas estaduais de Maceió, de maneira que contribua para abordar de forma explícita a existência de uma diversidade cultural e étnica, além disso conhecer qual a percepção dos estudantes sobre as questões etnicoraciais especificamente a partir da execução da Lei nº 10.639/03. Para Souza Martins (2004, p. 289):

A pesquisa qualitativa é definida como aquela que privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise.

Senra (2011, p. 7) deixa claro os aspectos que abrangem uma pesquisa qualitativa:

O método qualitativo não tem como pretensão numerar, medir unidades e categorias homogêneas, pois além de ser uma opção do pesquisador, ele se justifica, sobremaneira, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social.

Com a finalidade de obter os objetivos deste estudo, foram escolhidas algumas técnicas de coleta de dados, a saber:

- Pesquisa Bibliográfica, entendida aqui como na perspectiva colocada por Sá-Silva, Almeida e Guindan (2009, p. 5-6):

A principal finalidade da pesquisa bibliográfica é proporcionar aos pesquisadores e pesquisadoras o contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo [...] a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema.

Para tanto foram utilizadas as chamadas “fontes de papel”, ou seja, materiais como livros, artigos de livros, de revistas, e, também, materiais disponíveis em meio eletrônico, entre outros, necessários para responder às questões da pesquisa. Portanto foi realizado um aprofundamento teórico acerca do objeto de estudo. Dessa forma, foi essencial nesta pesquisa realizar esta técnica, já que foi necessária ao processo de construção do conhecimento e porque deu suporte teórico às questões suscitadas.

- Questionário fechado : Segundo Boni e Quaresma (2005, p. 74):

O questionário consegue atingir várias pessoas ao mesmo tempo obtendo um grande número de dados. [...] Ele garante também uma maior liberdade das respostas em razão do anonimato, evitando viéses potenciais do entrevistador. Geralmente, através do questionário, obtém-se respostas rápidas e precisas.

O questionário com perguntas fechadas foi escolhido por poder atingir um grande número de pesquisados, proporcionando rapidez e praticidade, além de render bons resultados. Além disso, a ideia de trabalhar com questionário fechado, passou pela possibilidade de traçar um panorama sobre a compreensão de como a questão racial vem sendo trabalhada em escolas públicas estaduais de Maceió.

O roteiro dos questionários foi dividido em três blocos de questões, a saber: **1º Identificação do perfil do aluno** (cor, idade, sexo, estado civil, data de nascimento, religião, renda familiar), essas questões foram utilizadas com o intuito de traçar o perfil dos estudantes das escolas públicas;

2º Percebendo a si mesmo com questões relativas ao pertencimento etnicoracial (o que é ser negro, gosto pela sua raça/cor, critério de beleza, problemas por conta desse pertencimento, possíveis mudanças no corpo), essas questões foram utilizadas para identificar possíveis conflitos raciais e/ou episódios de discriminação racial no espaço das escolas;

3º Conhecimento da Lei nº 10.639/03 (conhecimento sobre a Lei, o trabalho dos professores sobre a temática, se existe na Escola algum tipo de trabalho que fale/discuta a questão racial e quando esses trabalhos são realizados, a importância da Lei e a obrigatoriedade da mesma). essas questões foram utilizadas a fim de analisar o conhecimento dos alunos sobre a questão racial e também como a questão racial vem sendo trabalhada nas escolas especificamente a partir da implementação da Lei nº 10.639/03.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da presente pesquisa, podemos constatar que após anos da aprovação da Lei nº 10.639/03, sua execução não está sendo feita como deveria, pois as escolas onde as pesquisas foram realizadas têm abordado a questão racial apenas nos dias 13 de maio, que é comemorado a abolição da escravatura, e também 20 de novembro, dia em que é comemorado o dia nacional da consciência negra. Foi ratificado através da análise dos dados que o racismo e a discriminação racial ainda estão presentes no cotidiano das escolas, além disso pode-se constatar que os alunos têm dificuldade em lidar com as diferenças.

A escola pode ser uma grande aliada para desconstrução da visão eurocêntrica e discriminatória que se faz presente na sociedade, dessa maneira é de fundamental importância que a mesma trabalhe com ações que valorizem as diferenças etnicoraciais. Assim a escola estaria incentivando os sujeitos a respeitar e reconhecer a diversidade étnica e cultural de cada indivíduo com o objetivo de formar uma sociedade mais democrática e justa.

A pesquisa foi de fundamental importância porque as escolas que nos receberam tiveram oportunidade de ouvir sobre o que trata a Lei nº 10.639/03 e refletir que o ensino sobre o novo conteúdo pode se tornar uma medida no combate à discriminação. Vale destacar que os alunos demonstraram interesse sobre o que trata a Lei nº 10.639/03, fazendo perguntas a respeito. Não só explicamos a temática central da lei, como também ficaram cientes acerca do ensino obrigatório sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Roseane Maria; NETO, José Batista. **Educação Temas e Olhares:** A Lei nº 10.639/2003 e os novos caminhos para as práticas curriculares das escolas brasileiras. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar:** como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BRASIL. **Lei nº10639 de 9 de janeiro de 2003.** Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicos Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. MEC/SECAD. 2005.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Educação anti-racista:** caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. -Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **15^aCRE - CEPA.** Maceió, fevereiro de 2010.

Disponível em:

<http://
15cre-cepa.blogspot.com
.br
/>

Acesso em: 25 de abril de 2014.

IBGE. Características Étnico-Raciais da População. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Disponível em:

<http://
www.
ibge.gov.br
/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/default_raciais.shtml> Acesso em 2014

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola.** 2. ed. Brasília: Ministério da Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2005.

SILVA, Jackson Ronie Sá; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental:** pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, ano I - Número I - Julho de 2009.

SENRA, Márcia. **Ciências sociais e questão metodológica:** fontes orais, história de vida e memória. Revistas eletrônicas Newton Paiva, nº 4, 2011.

SOUZA, Martins. HELENA, Heloisa T. de. **Metodologia qualitativa de pesquisa.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

¹Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas. Graduada em Pedagogia, na Universidade Federal de Alagoas. Bolsista pela CAPES.

Recebido em: 27/06/2014

Aprovado em: 29/06/2014

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: